GRAVIDEZ INDESEJADA EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM CHAPECÓ-SC

II Congresso Online de Ginecologia e Obstetrícia da Sogise, 2ª edição, de 01/11/2021 a 03/11/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-14-2

PAULINI; Bárbara Zucco [1], SIQUEIRA; Maria Eduarda Ortiz de Siqueira [2], WAGNER; Adriana Fuganti [3]

RESUMO

A violência sexual é caracterizada como um conjunto de elementos que incluem o uso da força física, atemorização, ausência de consentimento ou incapacidade, associado à penetração com o pênis, dedo ou objeto em cavidade vaginal, anal ou oral. Dentre as inúmeras consequências ocasionadas por ela está o risco de gravidez indesejada, a qual tem prevalência de 0,5 a 5%, apesar do fornecimento obrigatório da anticoncepção de emergência em casos de agressão com coito desprotegido, dentro de 72 horas após a ocorrência, com exceção das mulheres vítimas que façam uso de método anticoncepcional competente, como anticoncepcional oral ou injetável, dispositivo intra-uterino (DIU) ou laqueadura tubária. Desse modo, avaliar a incidência de gravidez indesejada em mulheres vítimas de violência sexual em Chapecó-SC, torna-se imprescindível para apriomoração do acolhimento e manejo dessa população. O estudo foi realizado através da coleta de 129 prontuários de vítimas violência sexual contidos no Sistema de Informação e Agravos de Notificação (SINAN), no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2020. Para análise das variáveis relacionadas à ocorrência de gravidez indesejada foram analisados 113 prontuários. Os resultados encontrados foram tabulados e submetidos à análise em frequência simples e proporção, como também, a aplicação do teste chi quadrado. A associação entre as variáveis foi testada por *Odds Ratio*, no programa *IBM SPSS*. A consequência de gravidez indesejada nas vítimas, foi encontrada em 1,7% dos casos, e, em sua totalidade, encontrava-se na faixa-etária de 20 a 49 anos. Ainda, a violência cometida por um agressor (2,6%) gerou maior prevalência de gravidez, se comparada a dois ou mais agressores. Em relação ao tempo de atendimento e o uso da contracepção de emergência, 66,7% das vítimas foram atendidas dentro de 72 horas e receberam contracepção, 15,5% foram atendidas dentro de 72 horas e não receberam contracepção, 14,3% não foram atendidas dentro de 72 horas e não receberam contracepção, enquanto 3,6% não foram atendidas dentro de 72 horas mas receberam contracepção. A gravidez aconteceu em sua totalidade nas mulheres que foram atendidas dentro de 72 horas e receberam o medicamento, o que representa 3,6% do total desse grupo, o que vai em discordância do respaldado pelas literaturas.

PALAVRAS-CHAVE: Anticoncepção de emergência, Estupro, Gestação indesejada

[1] Unochapecó, barbara.paulini@unochapeco.edu.br
[2] Unochapecó, maduortizsiqueira@gmail.com
[3] Unochapecó, adriwagner31@hotmail.com